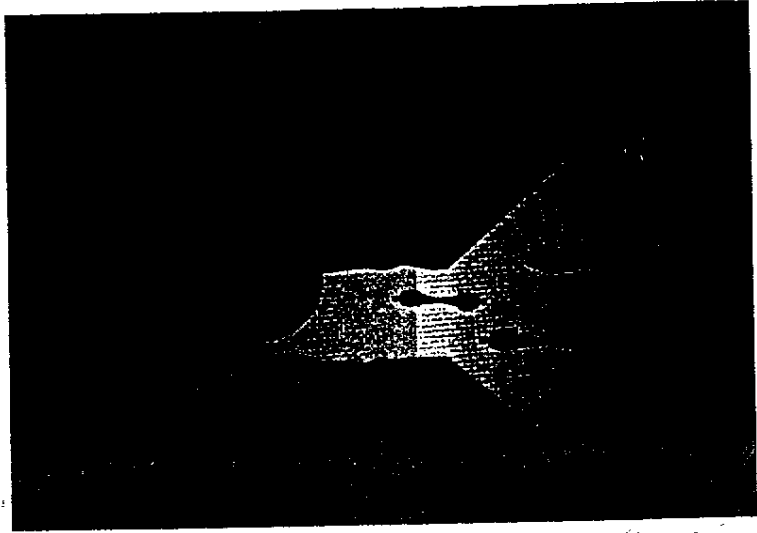


IV CONGRESSO



SOCIEDADE PORTUGUESA  
DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

# INVESTIGAR E FORMAR EM EDUCAÇÃO



## Textos

1.º Volume

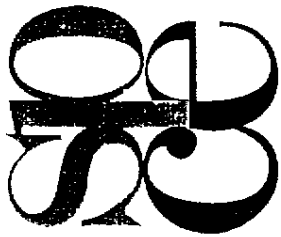
IV CONGRESSO



SOCIEDADE PORTUGUESA  
DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

Organizadora  
José Tavares  
Rui Arroiteia  
Abel Martins  
Liliana Sá-Chaves  
Ana Raíssa Araújo e Sá  
Cláudia Sousa Peréira  
Paula Pedro  
Cristina Soares

design — é-design, comunicação, consultoria  
impresso — tipart, Indústrias Gráficas



# INVESTIGAR E FORMAR EM EDUCAÇÃO

1.º Volume

**Título:** Investigar e Formar em Educação  
(em dois volumes)

**© 1999:** Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação  
Rua João de Deus, 38  
4150 Porto — Portugal

**Edição:** subsidiada pelo Serviço de Educação da  
Fundação Calouste Gulbenkian, Instituto de Inovação  
Educativa e Fundação para a Ciência e Tecnologia

**Design Gráfico:** José António Moreira

**Impressão e acabamentos:** Típaue, Industrias Gráficas de Aveiro

**Depósito Legal:** 138635/99

**ISBN:** 972-96834-6-8

## APRENDER SEXUALIDADE DESDE CEDO

Menino ou menina — eis a questão!

LUÍSA VEIGA • FILOMENA TEIXEIRA

Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Coimbra

FERNANDA COUCEIRO • ISABEL MARTINS

Departamento de Didáctica e Tecnologia Educativa da Universidade de Aveiro

### A SEXUALIDADE E A REPRODUÇÃO HUMANA NA ESCOLARIDADE BÁSICA

Conhecer e apreciar o próprio corpo, bem como contribuir para o seu desenvolvimento através de hábitos que valorizem as repercussões de determinados comportamentos sobre a saúde e a qualidade de vida são finalidades da Educação em Ciências e da Educação para a Saúde na escolaridade básica.

É no contexto destas que se justifica a inserção da temática da Educação Sexual na escola desde cedo, num percurso que vai da informação à educação sobre a Sexualidade e a Reprodução Humana enquanto actividades de plena comunicação entre as pessoas.

Se tal razão não bastasse, o facto de cada um de nós pertencer a um dos sexos, possuir um corpo sexuado e se relacionar com os outros seria, por si só, fundamento justificativo para a sua abordagem no 1.º ciclo do ensino básico (1.º CEB).

Além disto, muitos aspectos da Sexualidade e da Reprodução Humana estão repletos de mitos, crenças e preconceitos que: i) modelam e afectam a interpretação do quotidiano; ii) contribuem para a emergência de concepções pessoais e sociais geralmente alternativas ao conhecimento científico; iii) condicionam, de forma decisiva, novas aprendizagens.

A Educação Sexual torna-se cada vez mais necessária numa sociedade em que os saberes do senso comum tendem a associar o dimorfismo sexual a um conjunto de características de personalidade e orientações organizadas em modos de se ser homem e de se ser mulher. O consenso que envolve esta forma de pensamento transforma-o numa ideologia quase colectiva, que a escola tem necessariamente de ajudar a desconstruir e a alterar.

Por outro lado, face ao futuro incerto quanto à utilização dos conhecimentos na manipulação da vida humana, a Reprodução Humana<sup>2</sup> é hoje um domínio com fortes implicações éticas e sociais (a fertilização *in vitro*, a problemática das mães de substituição, o controlo da natalidade, a interrupção voluntária da gravidez, a clonagem... são disso exemplo).

Também o aumento das doenças de transmissão sexual e, sobretudo, o problema da SIDA, tornam ainda mais crucial e pertinente a Educação Sexual. Assim, aprender a conhecer e a aceitar o seu próprio corpo, a procurar informação ou a solicitar apoio, é educar para se ser capaz de estabelecer, com os outros, relações mais sãs e satisfatórias.

## ENQUADRAMENTO LEGAL DA EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA

Há já alguns anos que a UNESCO, a OMS, o Conselho da Europa e a União Europeia têm vindo a elaborar recomendações ratificadas pelos países membros, no sentido de que a Educação Sexual se integre plenamente no ensino formal.

Também entre nós, a Lei de Bases do Sistema Educativo<sup>3</sup> e outros dispositivos legais, designadamente a Lei sobre Educação Sexual e Planeamento Familiar<sup>4</sup>, referem explicitamente a necessidade de a escola proporcionar Educação Sexual às crianças e jovens, mediante a inclusão da temática nos planos curriculares de todos os ciclos<sup>5</sup>, sendo dispensada particular atenção à formação inicial e permanente dos docentes<sup>6</sup>.

## O PROGRAMA DO 1º CEB E OS MANUAIS ESCOLARES DE ESTUDO DO MEIO

Apesar do enquadramento legal referido, saliente-se que a "Identidade Sexual" e a "Função Reprodutora" são, nesse domínio, os únicos conteúdos "visíveis" propostos para o Estudo do Meio no 1º CEB, nomeadamente nos 1º e 3º anos de escolaridade.

Sendo os manuais escolares concebidos como suportes privilegiados à concretização dos programas de ensino<sup>7</sup>, não é legítimo que neles surjam omissões e incorrecções científicas (quer a nível de texto, quer das imagens que o ilustram), veiculando concepções alternativas ao conhecimento científico dominante e ainda arbamam à temática um claro estatuto de minoridade relativamente à abordagem de outros assuntos da morfofisiologia humana. No entanto, há evidência de que a temática em causa é geralmente tratada de forma "envergonhada" e até "preconceituosa".

Estes aspectos são tanto mais preocupantes quanto os dados da investigação têm vindo a confirmar que os processos de ensino e de aprendizagem foram e continuam a ser mediatizados pelos manuais escolares (Gimeno, 1992; Gerard & Roegiers, 1993; Parcerisa, 1996; Carmen & Jiménez Aleixandre, 1997). Estes, enquanto recurso por excelência na sala de aula, têm uma grande influência na decisão sobre o que e como ensinar, com reflexo evidente no que e no como aprendem os/as alunos/as (Gayoso, 1997). Por outro lado, há a crença implícita ou explícita de que tudo o que é proposto no manual está correcto e adequado do ponto de vista científico-didáctico (Giordan, cit. por Jiménez Aleixandre, 1997).

## A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES

Os aspectos referidos, acrescidos do facto de a formação de professores em Portugal não ter tradição neste domínio, faz com que estes, quando inquiridos sobre a abordagem da Sexualidade e da Reprodução Humana no 1º CEB e nas suas aulas, afirmem ter receio de abordar o tema por falta de preparação, por ser assunto delicado, por temerem a reacção dos pais e por não dispor de materiais didácticos adequados às crianças com quem trabalham. Tal receio não inviabiliza, contudo, que considerem o assunto como importante e pertinente<sup>8</sup>.

Por todas as razões apontadas, mas também por se tratar de uma temática em que os/as professor/as revelam profundas carências de formação e recursos, justifica-se a produção de materiais para alunos/as e professores/as, validados em sala de aula.

Nesta linha de preocupação, as autoras defendem que as abordagens didácticas neste domínio devem dar especial protagonismo à actividade investigativa das crianças, pelo que se devem basear em propostas de questionamento a que estas irão dando resposta, através de uma série de tarefas orientadas pelo/a professor/a.

## O MATERIAL DIDÁCTICO PRODUZIDO: MENINO OU MENINA - EIS A QUESTÃO

O recurso didáctico concebido e construído para a temática em causa destina-se a ser dinamizado em sala de aula, mediante um conjunto de sugestões de actividades que constam de um livro com o mesmo título - *Menino ou Menina - eis a questão*, elaborado para o/a professor/a<sup>9</sup>. O livro do/a aluno/a, que agora se apresenta (vd. anexos), está organizado em cinco partes distintas, cujos temas são: 1- A Identificação Sexual e os Papéis Sexuais (anexo 1); 2- O Conhecimento do Corpo Humano: anatomia e fisiologia dos órgãos genitais femininos e masculinos (anexo 2); 3- Os Comportamentos Sexuais e o Relacionamento com os Outros (anexo 3); 4- A Função Reprodutora (anexo 4); 5- A Identidade Sexual própria (anexo 5).

Importa referir que cada um dos assuntos abordados neste livro constitui ponto de partida para a exploração de temas com eles relacionados, muitos dos quais constam de sugestões de exploração indicadas no livro do/a professor/a, podendo os mesmos ser ainda propostos pelas crianças, de acordo com os seus interesses e dúvidas no momento. Deste modo, assuntos como a homossexualidade (enquanto orientação sexual de alguns indivíduos), a contracção (enquanto meio de controlo da natalidade), o preservativo (como método de controlo da natalidade e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis), a pedofilia e os abusos sexuais de menores, a infertilidade e as novas técnicas de reprodução medicamente assistida, entre outros, poderão ser abordados na aula. Para tal, o/a professor/a deverá dispor de recursos didácticos diversificados<sup>10</sup> que permitam, por exemplo, a realização de pequenos trabalhos de pesquisa pelas crianças.

De acordo com as sugestões de exploração das actividades propostas no livro do/a professor/a, julga-se oportuno explicitar os dois grandes pressupostos em que assenta, na nossa perspectiva, a aprendizagem no domínio em causa:

1. uma concepção construtivista da aprendizagem, em que se admite que as pessoas constroem os seus conhecimentos por vias diversas, pelo que as estratégias em sala de aula devem ter em conta a necessidade de partir das próprias ideias dos/as alunos/as sobre o tema, evoluindo no sentido de as aproximar do conhecimento científico vigente;
2. uma função social da aprendizagem na escola, que se traduz no facto de os saberes que as crianças aí vão construindo serem uma via para que cheguem às famílias e desse modo, possam, elas próprias, alterar determinados hábitos e comportamentos familiares.

Acresce salientar que se pretende que o recurso didáctico agora apresentado seja validado antes de ser utilizado pelos seus destinatários. Para esse fim, encontra-se a ser testado, durante o corrente ano lectivo, por quatro professores/as colaboradores/as<sup>11</sup> do 1º CEB, que, com as autoras, têm trabalhado desde o início do Projecto, incluindo a participação na concepção do referido material, num processo de investigação-acção-formação.

ANEXOS

NOTAS

- 1 Comunicação elaborada para fins de apresentação no IV Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, integrada no Simpósio *A construção de materiais didácticos como via de renovação da Educação em Ciências nos ensinos básico e secundário: o caso do 1º CEB. Menino ou menina - eis a questão* é o título do material didáctico produzido no âmbito do Projecto *Novos Materiais para uma Nova Educação em Ciências* - Projecto PCSH/C/CEB/879/95, financiado pela JNICT e sediado na Universidade de Aveiro.
- 2 De salientar que a Reprodução Humana e a Biologia do Desenvolvimento conheceram, no decurso do último decénio, um incremento e uma renovação assinaláveis (CNRS, 1997).
- 3 LBSE (Lei nº 46/86, de 14 de Outubro).
- 4 Lei nº 3/84, de 24 de Março.
- 5 LBSE, artº 47º, ponto 2 e Lei nº 3/84, artº 2º, pontos 1 e 2. Também o Conselho Nacional de Educação, a propósito do ponto 2 do artº 47º da LBSE, é de parecer que a Educação Sexual deve acontecer na educação básica, em Portugal, tal como acontece noutros países.
- 6 Lei nº 3/84, artº 2º, ponto 3.
- 7 Decreto-Lei nº 369/90, de 26 de Novembro.
- 8 No âmbito do Projecto em que o estudo se insere, foram analisados 23 manuais escolares de Estudo do Meio dos 1º e 3º anos de escolaridade, pelo que os dados referidos dizem respeito às conclusões da análise efectuada. Esse estudo foi divulgado, pelas autoras, numa comunicação intitulada "A Educação Científica veiculada por Manuais Escolares de Estudo do Meio do 1º CEB, no que respecta à Reprodução Humana", apresentada no VI Encontro Nacional de Docentes - Educação em Ciências da Natureza, que decorreu na Universidade de Évora em Dezembro de 1997 e será publicado nas *Actas do Encontro*.
- 9 No âmbito do Projecto, foi também usado um questionário para conhecer a opinião de 57 professoras/as que leccionam no 1º CEB (55 do sexo feminino e 1 do sexo masculino, com idades entre 29 e 53 anos).
- 10 O livro *do/a professor/a* contém ainda informação sobre conteúdos relativos à temática em apreço.
- 11 De salientar a existência, no mercado, de livros, videogramas e programas multimédia, destinados a crianças e que abordam as temáticas referidas.
- 12 Salomé Correia, Maria Jorge, Jorge Rocha e Emília Pereira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARMEN, L.; JIMÉNEZ ALEXANDRE, P.(1997). Los libros de texto: un recurso flexible. *Alambique*, 11, 7-14.

Comité National de la Recherche Scientifique. (1997). *Rapport de conjuncture 1996*. Paris: CNRS.

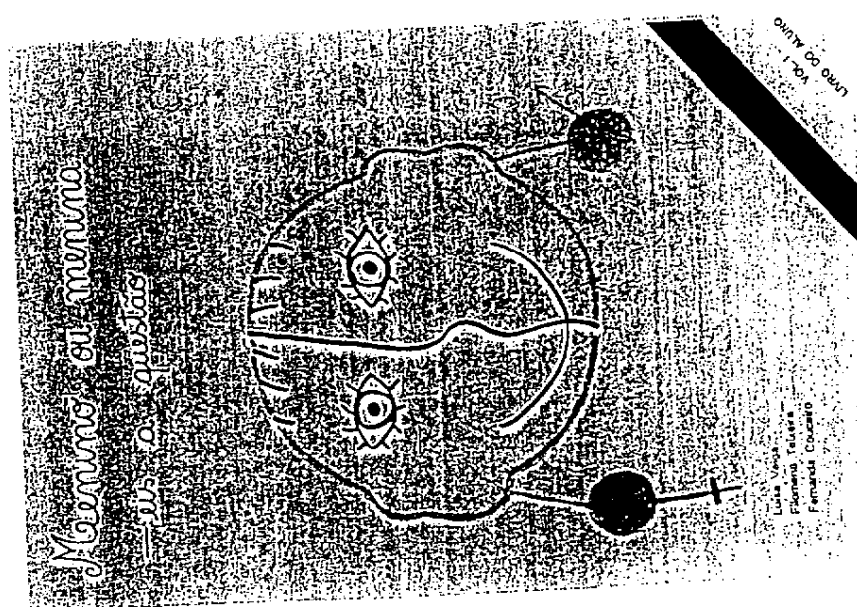
GAYOSO, G.-R.(1997). Qué propuestas de actividades hacen los libros de primaria? *Alambique*, 11, 35-43.

GERARD, FM.; ROEGIERS, X.(1993). *Concevoir et évaluer des manuels scolaires*. Bruxelles: De Boeck.

GIMÉNEZ, J.(1992). Reformas educativas: utopía, rebeldía y práctica. *Cuadernos de Pedagogía*, 194, 10-15.

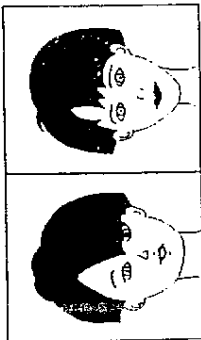
JIMÉNEZ ALEXANDRE, P.(1997). Libros de texto: un material entre otros. *Alambique*, 11, 5-6.

PARCERISA, A.(1996). *Materiales curriculares: cómo elaborarlos, seleccionarlos y usarlos*. Barcelona: Graó.



ANEXO 1

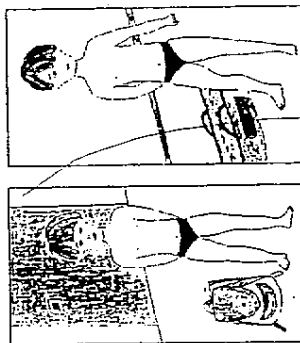
A identificação sexual e os papéis sexuais



Eu sou o João!  
Eu sou a Joana!

• Qual é o João?  
• Qual é a Joana?

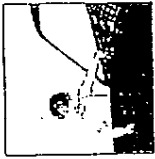
■ Duas vezes por semana,  
vamos à piscina nadar...



▲ Equipados assim para ir ao banho,  
conseguem reconhecer:

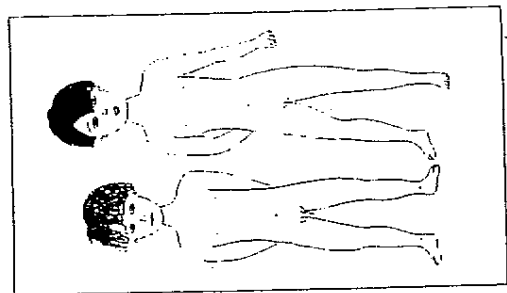
• Qual é o João?  
• Qual é a Joana?

■ Em casa,  
os dois gostamos de ajudar...



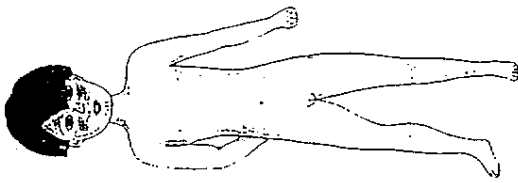
▲ Seria que, a partir destas imagens,  
os capaz de dizer:

• Qual é o João?  
• Qual é a Joana?



ANEXO 2

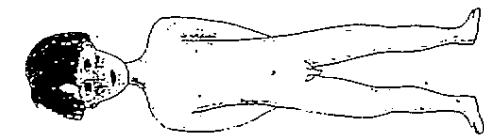
O Conhecimento do corpo humano: anatomia e fisiologia dos órgãos genitais femininos e masculinos



✓ Os órgãos genitais externos são:



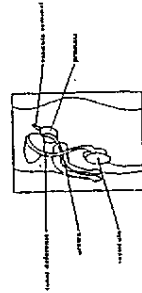
✓ Os órgãos genitais internos são:



✓ Os órgãos genitais externos são:

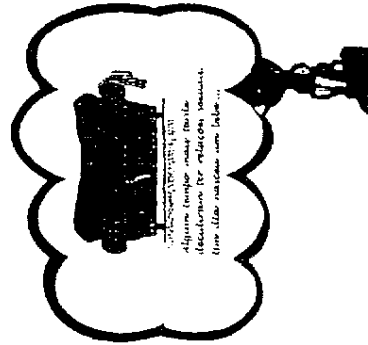
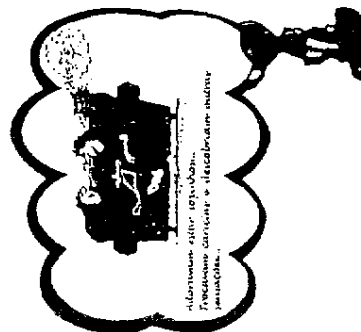
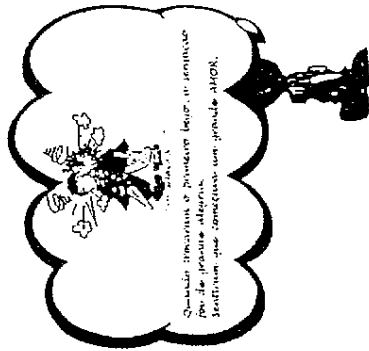
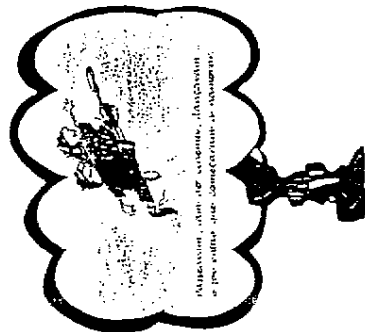


✓ Os órgãos genitais internos são:



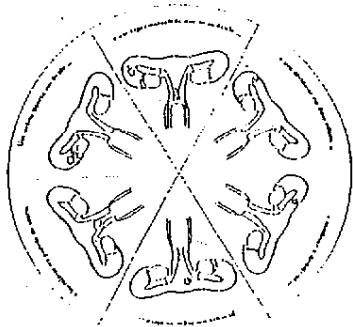
ANEXO 3

Os comportamentos sexuais e o relacionamento com os outros



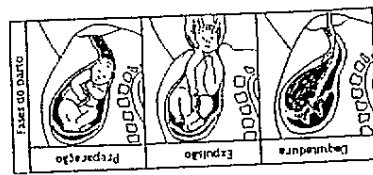
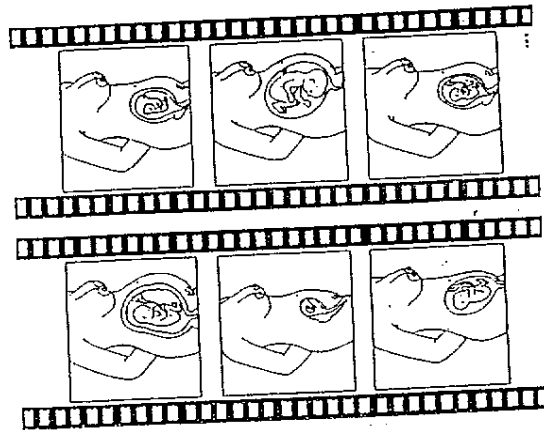
ANEXO 4

A função reprodutora



Quem não sabe ainda o nome e a função de cada parte do sistema reprodutor?

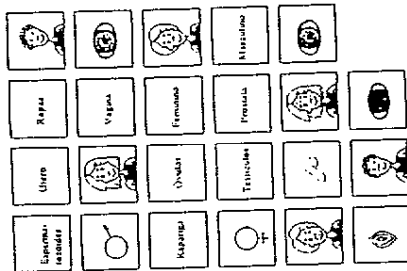
✓ E podes ainda saber que:



ANEXO 5

A identidade sexual própria

Destaca pelo pincelado e segue as instruções do(a) professor(a)



Sou

Pertence ao sexo

O símbolo do meu sexo é

Tenho

ORIENTAÇÕES E MUDANÇAS PARA A EDUCAÇÃO NO CONTEXTO COMUNITÁRIO

Alguns elementos e breves anotações

FÁTIMA ANTUNES

Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho

RESUMO

Analisando documentos produzidos e publicados sob a égide do Conselho Europeu e dos Ministros da Educação propõe-se a sua interpretação como contribuindo para a constituição de uma *matriz discursiva* propiciadora de novas orientações para a educação no contexto comunitário.

Admite-se, como hipótese exploratória, que tais orientações parecem apontar para:

- (i) a redefinição do processo e das instituições educativas promovendo novas relações, no seio da educação, com o mundo produtivo e de trabalho;
- (ii) a ênfase na diferenciação de dispositivos de integração, no interior das instituições, e a promoção da possibilidade de escolha e da diversificação da oferta de bens e serviços educativos, reconstituindo, em novos moldes, as bases e as modalidades de concretização da cidadania educativa;
- (iii) a introdução de novas dimensões na articulação entre as instituições educativas e o mundo público e privado, sublinhando este como locus de promoção do Bem Comum;
- (iv) o encorajamento de dinâmicas que potenciem a emergência de novas configurações e princípios para a organização de sistemas, redes e/ou mercados de educação e formação de âmbito comunitário.

A análise dos documentos produzidos nas reuniões do Conselho Europeu e dos Ministros da Educação dos Países da Comunidade/União Europeia e publicamente divulgados ao longo das duas últimas décadas<sup>1)</sup> parece fundamentar a expectativa de que é possível identificar a construção e afirmação de entendimentos, orientações e referências globais comuns capazes de inspirar e modelar a intervenção política pública no campo educativo.

Tais entendimentos, orientações e referências globais são aqui considerados como podendo constituir *um espaço comum de mediação* e um *feixe de normas de acção comuns* (cfr. Muller, 1995: 13 e 23) e configurar a construção de *modelos legítimos* (cfr. Soysal, 1993: 179) ou *definir um ideal regulatório* (Nóvoa, s/d: 18) cuja influência (dos pontos de vista cognitivo, ideológico, cultural mas também político) se supõe relevante para a compreensão da origem, dos fundamentos e dos processos em curso quer no que toca à elaboração e implementação de políticas educativas quer relativamente a algumas mudanças no campo da educação (cfr. Soysal, *ibid.*; Muller, *ibid.* e Nóvoa, *ibid.*). Yasemin Soysal, no texto citado intitulado *Immigration and*